

# História e memória *da e na* formação em Serviço Social na Universidade Federal do Piauí e sua interlocução com o campo da saúde mental<sup>1</sup>

History and memory of Social Work training at the Federal University Of Piauí and its interaction with the field of mental health

Laína Jennifer Carvalho Araújo\*  

**Resumo:** O artigo de natureza qualitativa, analisa as particularidades do processo de formação profissional em Serviço Social e a temporalidade histórica do e no Curso de Serviço Social da UFPI, na sua interlocução com o campo da Saúde, com ênfase na Saúde Mental. As análises empreendidas ancoram-se na literatura especializada, na produção escrita dos setenta e dois TCCs de discentes de Serviço Social da UFPI que abordaram a temática da Saúde Mental no período de 1987 a 2021, em diálogo com a experiência concreta do e no trabalho a partir dos depoimentos e narrativas das docentes do Curso de Serviço Social da UFPI orientadoras dos TCCs supramencionados, assim como nas narrativas de assistentes sociais, egressas do referido Curso, que trabalham no campo da Saúde Mental. Nesse diálogo entre campos, foi possível apreender como as participantes buscaram fazer uma aproximação do corpus de conhecimento da profissão, buscando o entendimento sobre os dilemas específicos de seu tempo histórico, marcadas por diferentes propostas pedagógicas e tendências teóricas da e na profissão no Brasil e no Curso de Serviço Social da UFPI.

**Palavras-chave:** Serviço Social; História; Saúde Mental; Educação Superior; Trabalho de Conclusão de Curso.

**Abstract:** This qualitative article analyses the particularities of the professional training process in Social Work and the historical temporality of and in the Social Work Course at UFPI, in its dialogue with the field of Health, with an emphasis on Mental Health. The analyses undertaken are based on specialized literature, the written production of seventy-two final course projects by Social Work students at UFPI that addressed the theme of Mental Health in the period from 1987 to 2021, in dialogue with the concrete experience of and in the work based on the testimonies and narratives of the professors of the Social Work Course at UFPI who supervised the aforementioned final course projects, as well as on the narratives of social workers, graduates of the aforementioned Course, who work in the field of Mental Health. In this dialogue between fields, it was possible to understand how the participants sought to approach the body of knowledge of the profession, seeking to understand the specific dilemmas of their historical time, marked by different pedagogical proposals and theoretical trends of and in the profession in Brazil and in the Social Work Course at UFPI.

**Keywords:** Social Work; History; Mental Health; Higher education; Course Conclusion Work.

<sup>1</sup> Esse artigo é produto financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), código de financiamento, 001.

\* Universidade Federal do Tocantins. E-mail: laina5411@gmail.com

## Introdução

O assistente social no Brasil, “é um profissional de nível superior que possui formação científica, de caráter investigativo e interventivo, cuja dimensão do exercício profissional é de natureza teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa” (Joazeiro, 2020, p. 305). Nessa perspectiva, o assistente social tem como objeto de sua intervenção a questão social, que conforme assinala Iamamoto (2009, p. 156) “condensa o conjunto das desigualdades e lutas sociais, produzidas e reproduzidas no movimento contraditório das relações sociais, alcançando plenitude de suas expressões e matizes em tempos de capital fetiche” (Iamamoto, 2009, p. 156).

O caráter histórico e multifacetado da questão social requer do profissional, protagonista do trabalho *das* e *nas* políticas públicas, que seja capaz de apreender o que Pereira (2014, p. 27) denomina como os “principais traços da interdisciplinaridade como paradigma epistemologicamente mais trabalhado, embora não esgotado, da concertação de saberes com vista ao conhecimento mais denso e abrangente de realidades complexas”. Assim, no cotidiano do trabalho *das* e *nas* políticas públicas, particularmente no âmbito do Serviço Social, os protagonistas dessa atividade de trabalho se defrontam com aspectos oriundos de questões singulares e coletivas para realizarem sua atividade de trabalho, uma vez que, conforme assinala Iamamoto (2013, p. 197), “as relações que tecem na sociedade não são diretas [nem] transparentes, não se revelando de imediato”.

Nessa perspectiva, neste artigo, analisamos a relação entre formação profissional e a temporalidade histórica *do* e *no* Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí (UFPI), visando compreender a relação e a articulação que se dá entre experiência e conhecimentos da profissão, que se realizam nessa atividade de formação e trabalho na docência. Desse modo, na busca em compreender essa relação, colocamos em diálogo a produção escrita de discentes, autores de setenta e dois Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) em Serviço Social da UFPI sobre a temática da Saúde, especificamente da Saúde Mental, no período de 1987 a 2021.

À riqueza desse material, entendido como fonte secundária de informação, foi somada aos depoimentos e narrativas de docentes do Curso de Bacharelado em Serviço Social da supramencionada Universidade, que orientaram discentes no processo de construção do Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social sobre a temática da Saúde, com ênfase na Saúde Mental no município de Teresina na série histórica dos anos de 1987. Com vistas a aproximarmos-nos dessa temporalidade histórica, utilizou-se ainda as narrativas advindas de dois Grupos Focais – gravadas em áudio – com seis assistentes sociais egressas do Curso de Serviço Social da UFPI, visando colocar em palavras a experiência ao mesmo tempo singular

e coletiva na “realização da atividade de trabalho nesse campo de conhecimento e de atenção à pessoa com transtorno mental e a seus familiares” (Joazeiro; Araújo, 2021, p. 211).

Essa articulação entre campos foi proposta com vistas a buscar identificar como esses sujeitos apresentam e analisam a relação entre os conhecimentos e os saberes de seu próprio campo de formação e o saber dos outros campos conceituais com os quais interagem no cotidiano do exercício na docência e da intervenção *da e na* Saúde, com ênfase na Saúde Mental. Nesta perspectiva, ao refletirmos sobre a formação profissional *do e no* Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí, estamos nos referindo “ao diálogo necessário que é requerido de *quem* o realiza, seja a(o) profissional ou a(o) estudante em formação, visando compreender o *corpus* de conhecimento da profissão e sua relação com a decifração do cotidiano do exercício profissional no Serviço Social” (Araújo; Joazeiro, 2023, p. 7).

O estudo utilizou metodologia qualitativa com uso de literatura especializada na temática, centrado numa abordagem da história sob a perspectiva da longa duração, orientou-se pelo método histórico-dialético cujo o recorte temporal da pesquisa foi definido em consonância com a intenção de aproximar o estudo do momento de criação do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí, no ano de 1976. Contudo, a data de realização do primeiro Trabalho de Conclusão de Curso sobre a temática supramencionada se deu no ano de 1987, e o último trabalho analisado sobre a temática refere-se ao ano de 2021.

Torna-se importante destacar que as análises ora apresentadas neste artigo se ancoram nas pesquisas de Doutorado<sup>2</sup> e Mestrado<sup>3</sup>. Como se trata de pesquisas com uso de fontes primárias de informação, ambas foram submetidas e obtiveram aprovação no Comitê de Ética em Pesquisa, cada uma com seu respectivo número de cadastramento, dada a temporalidade histórica em que cada pesquisa foi realizada.

### **Temporalidade *da e na* formação em Serviço Social na Universidade Federal do Piauí: traços da história e da memória de encontros diversos**

Assinala Joazeiro (2008, p. 5) que “o homem é um ser que vive em sociedade”, ora, “toda atividade humana realiza-se num espaço e num tempo e dá-se na história” (Joazeiro, 2008, p. 5). Em consonância com essa perspectiva histórica, buscamos compreender a noção de tempo ancorados em Elias (1994, p. 57), no qual entende como sendo uma “construção social e como

<sup>2</sup> Pesquisa intitulada Formação e trabalho *do e no* Serviço Social: interfaces entre o campo do social e o campo da Saúde Mental na qual possui CAAE nº 58087122.6.0000.5214, recebido parecer favorável em 2.05.2022.

<sup>3</sup> Pesquisa intitulada “Serviço Social e Formação: traços da história da interlocução com o campo da Saúde Mental”, com CAAE de cadastramento nº 14959419.2.0000.5214, tendo recebido parecer favorável em 24 de junho de 2019.

relação de interdependência e de interpenetração entre o individual e o social” para “pensar a íntima relação que se estabelece no âmago dessas relações de interdependência e de interpenetração recíprocas que se [re]configuram como formas de apreensão e de compreensão de uma dada atividade” (Joazeiro, 2018, p. 69), no caso específico, a formação em Serviço Social.

Nessa perspectiva de análise, ancoradas em Ricoeur (1999), estivemos atentas à temporalidade da narrativa, na qual o autor a compreende como sendo “uma estrutura de existência – uma forma de vida – que se liga à linguagem mediante a narrativa, ao passo que esta é a estrutura linguística – o jogo da linguagem – que tem como seu referente final a temporalidade” (p. 183). Nessa perspectiva, Benjamin (1994, p. 205) afirma ser a narrativa,

[...] ela própria, num certo sentido, uma forma artesanal de comunicação. Ela não está interessada em transmitir o “puro em si” da coisa narrada como uma informação ou um relatório [...] mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele. Assim se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso.

E, nesse sentido, estabelece na experiência uma memória comunicativa, um significado cuja relação entre tempos proporciona, no presente, um entendimento sobre um outro que vem do passado onde a memória, conforme assinala Bosi (2003, p. 11) “opera com grande liberdade, escolhendo acontecimentos no espaço e no tempo, não arbitrariamente, mas porque se relacionam através de índices comuns. São configurações mais intensas quando sobre elas incide o brilho de um significado coletivo”. A partir desse entendimento, pensar a temporalidade do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí requer empreender uma análise das determinações que formam o tempo que as imprime, buscando, nesse sentido, compreendê-la enquanto o próprio movimento que a constitui, por meio da demarcação do seu itinerário no decorrer da história. O movimento se realiza por mediações e exige o afastamento, como assinala Netto (2012, p. 53):

[...] de oposições irreduzíveis e sem sínteses superadoras, o que não significa a negação e ausência das contradições; ao contrário, é preciso compreender que as forças e relações contraditórias existem e coexistem [...] na totalidade, produzindo o movimento.

Esse movimento está carregado de memória e de história, marcadas por diferentes temporalidades, fato que contribui para uma compreensão das relações entre as diversas práticas sociais e de como são vividas e experimentadas pelos sujeitos que a compõem enquanto totalidade, em um determinado período histórico. Logo, o processo histórico de implantação e consolidação do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí “não pode ser compreendido fora do contexto de ampla mobilização popular e efervescência política

vivenciados no Brasil e no Piauí” (Pereira, 2024, p. 414). A Universidade Federal do Piauí foi criada nesse contexto, no cerne do período da ditadura militar no ano de 1968, “nos termos da Lei nº 5.528/68. Dessa forma, incorporava as propostas da Reforma Universitária da Ditadura, de que a universidade seria a ‘solução mágica’ para a superação do atraso frente às outras unidades da federação e para impulsionar o desenvolvimento” (Pereira, 2024, p. 407).

Ainda conforme as análises tecidas pela autora, no decorrer de sua trajetória história o Serviço Social brasileiro, “orientou-se por diferentes projetos formativos que expressaram as direções adotadas pela profissão ao longo de sua história, refletindo as transformações sociais, políticas, econômicas e culturais da realidade” (Pereira, 2024, p. 406), contexto esse que “também pode ser observado no Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí, criado em 1976”, através da “Resolução CONSUN/UFPI, tendo sido reconhecido pela Portaria nº 313 do Ministério da Educação em julho de 1983” (Joazeiro, 2020, p. 309), e integra o Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí.

Nesse sentido, trata-se de uma história plural e muito rica que, desde sua origem, tem desempenhado um papel relevante no decorrer desses quarenta e nove anos na formação de assistentes sociais advindos do Piauí, do Maranhão e de outros Estados, sobretudo pela formação comprometida com o Projeto Ético-Político da profissão, com a realidade e singularidades dessa região e, sobretudo, comprometida com a cidadania e a defesa da vida. Assim, assinala Joazeiro (2020, p. 309) que a história e a memória do Curso de Serviço Social da UFPI podem ser apreendidas “mediante uma análise criteriosa dos registros de sua trajetória no decorrer do tempo, cujos marcos temporais e legais revelam percursos, dilemas que se tornam visíveis no próprio ordenamento da UFPI”. Ainda conforme a autora,

[...] o processo de constituição da Universidade Federal do Piauí está intimamente ligado a história do Centro de Ciências Humanas e Letras e, se relaciona de forma inequívoca com a própria criação do curso de Serviço Social da UFPI. Há uma vinculação de interdependência e de interpenetração recíprocas da relação que estes estabelecem no decorrer do tempo (Joazeiro, 2020, p. 309).

É necessário considerar que “o próprio processo de configuração do Curso e de sua matriz conceitual não se dissocia da configuração da formação para o “social” em uma sociedade marcada por uma multiplicidade de aspectos [...] de dimensões internacionais, nacionais, locorregionais e institucionais” (Joazeiro, 2021, p. 381), assim como da importância das reivindicações e movimentos organizados que contam com a participação de estudantes, docentes e profissionais. Essas expressões coletivas explicam e norteiam, conforme assinalam Iamamoto, César e Melo (2023, p. 10-11),

[...] transformações operadas no Serviço Social brasileiro – na formação e

produção acadêmico-profissional, no trabalho e na organização da categoria. Tais transformações apresentam uma afinidade eletiva com o legado progressista do Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina, ao mesmo tempo que o supera, mediante o amadurecimento teórico e político na análise da sociedade contemporânea e da profissão de Serviço Social em seu âmbito.

Nessa perspectiva, de acordo com Joazeiro (2021, p. 381),

[...] há que se considerar que a formação se materializou em um estado que tem sua história intimamente marcada por múltiplas expressões de desigualdades sociais, com profundas dificuldades para o acesso de importantes segmentos da população a bens e serviços, que, no limite, acarretam sérias implicações para *quem* realiza o trabalho no âmbito do social, uma vez que esse profissional se defronta, diuturnamente, com limites postos para o enfrentamento das condições materiais objetivas para o acesso da população usuária aos meios de vida, emprego e cidadania.

Nacionalmente, a formação acadêmica profissional do Serviço Social contou com três Currículos<sup>4</sup>. Nessa direção, o Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí, desde sua criação em 1976, vem buscando acompanhar o movimento desencadeado pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), no âmbito das alterações das propostas pedagógicas. Assim, “o Curso tem, atualmente, no seu Currículo, disciplinas que se constituem em áreas de conhecimento necessárias à formação profissional e que se desdobram em disciplinas, seminários temáticos, oficinas, extensão, atividades complementares e outros componentes curriculares” (Joazeiro, 2008, p. 100).

[...] o currículo é uma norma antecedente prescrita da formação, que se constitui no próprio *corpus* de saberes que exprimem valores que norteiam a profissão, *corpus* esse que constitui nas normas e nos valores do exercício profissional, que se ancora, ainda, no modo particular de ver o mundo e de compreender a profissão e o lugar que ela ocupa na divisão social e técnica do trabalho (Joazeiro, 2008, p. 100).

Desse modo, “torna-se necessário, para *quem* ensina e aprende, ser capaz de situar-se no presente através da compreensão do passado” (Joazeiro, 2008, p. 100). O Curso de Serviço Social da UFPI teve, ao longo de sua história, cinco Projetos Pedagógicos (vide **Quadro 1** e **Figura 1**), que serão denominados no texto como Currículos, em virtude da prevalência do uso dessa denominação tanto na documentação quanto na literatura e no arcabouço conceitual da época. Ao elaborarmos o **Quadro 1**, buscamos demarcar cada um desses marcos, bem como

<sup>4</sup> Em 13 de março de 1970 através do Parecer nº 248 é aprovado pelo Conselho Federal de Ensino o primeiro Currículo. Em 04 de agosto de 1982 através do Parecer 412 e da Resolução 06 de 23 de setembro de 1982 é aprovado o segundo Currículo mínimo, que deveria ser implantado em todas as escolas até 1984. Referimo-nos às diretrizes curriculares como sendo de 1996, entendendo que nossa referência política é o documento aprovado pela ABEPSS e pela categoria nesse ano, mesmo que a aprovação destas oficialmente tenha se dado (com significativos cortes) apenas em 2002, estando expressas na Resolução CNE/ CES n. 15. Assim, para efeitos desta análise, recorreremos tanto à resolução quanto ao documento da ABEPSS.

explicitar como as protagonistas da atividade docente estiveram atentas ao fato de que, de uma forma ou de outra, esses acontecimentos incidiram sobre a história e sobre o corpus de conhecimento da profissão.

Quadro 1 – Formação profissional do Serviço Social no Brasil e as Propostas dos Currículos do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí.

Formação Profissional do Serviço Social no Brasil		I N F L U Ê N C I A	Formação Profissional no Curso de Serviço Social da UFPI				
			Ano de Aprovação	Carga Horária Total do Curso	Estágio Supervisionado	Trabalho de Conclusão de Curso	
<b>Currículo Mínimo de 1970</b>	Matriz estrutural-funcionalista, de aporte norte-americana		<b>Currículo I</b>	1976	2.835	180	Vinculado à experiência do Estágio Supervisionado
<b>Currículo Mínimo de 1982</b>	Aproximação com a teoria social crítica de Marx (um marxismo sem Marx)		<b>Currículo II</b>	1987	3.120	540	Temas relacionados à profissão de Serviço Social e ou provenientes da experiência do Estágio Supervisionado
			<b>Currículo III</b>	1994	2.580	450	
<b>Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996</b>	Perspectiva fundamentada nos diálogos com a teoria social de Marx		<b>Currículo IV</b>	2007/2012 <sup>5</sup>	3.225	450	
			<b>Currículo V</b>	2023 <sup>6</sup>	3.225	450	

Fonte: Elaboração própria com base nos Currículos do Curso de Serviço Social da UFPI.

Nesse sentido, podemos observar a estruturação do *corpus* conceitual e disciplinar no âmbito da profissão *do e no* Serviço Social no Brasil e no Curso na UFPI. Essa distribuição dos conhecimentos e saberes no tempo exprimiu, como assinala Joazeiro (2008, p. 97), “a preocupação em demarcar um tempo para as disciplinas teóricas e um outro destinado à prática”. Nessa abordagem, o Currículo I do Curso de Serviço Social da UFPI foi implantado no ano de 1977, tendo vigido até o ano de 1984 e foi organizado em “disciplinas do ciclo geral de estudos, disciplinas básicas obrigatórias, disciplinas complementares obrigatórias e disciplinas optativas abrangendo 171 créditos distribuídos em 2.835 horas” (UFPI, 2007, p. 14). Nele, “a produção acadêmica materializada no Trabalho de Conclusão de Curso, enquanto

<sup>5</sup> Reformulado em 2012, adequando aos novos instrumentos e orientações nacionais e institucionais do Ministério da Educação, da Universidade Federal do Piauí e das entidades representativas do Serviço Social, tais como: a Resolução nº 1/ 2012, do CNE, que estabelece Diretrizes Nacionais para Educação em Direitos Humanos; a Resolução nº 2/ 2012, do CNE.

<sup>6</sup> Em 2023, foi aprovada uma reformulação do Projeto Político-Pedagógico do Curso de Serviço Social, a partir da Resolução CEPEX/UFPI nº 512/2024, implantada a partir do ano de 2024, dando base para o seu quinto Currículo.

componente curricular obrigatório, constituía-se em uma atividade vinculada à experiência de Estágio Supervisionado, configurando-se em uma sistematização dessa vivência” (UFPI, 2007, p. 14).

As bases do Currículo I do Curso eram o Currículo Mínimo implementado na década de 1970, tinha “como disciplinas obrigatórias Sociologia, Psicologia, Economia, Direito e Legislação Social, Política Social, Teoria do Serviço Social, Ética profissional e Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade” (Pereira, 2024, p. 407). Abreu (2016, p. 248) assinala que o Currículo Mínimo de 1970 “acentua a formação tecnicista para atender às exigências do padrão educacional imposto pela ditadura e do mercado de trabalho consolidado e expandido pela ‘modernização conservadora’ implementada pelo Estado”. Nesse sentido, “embora a categoria, no país, já avançasse nas indagações e críticas ao conservadorismo, a proposta curricular vigente ainda reforçava os postulados funcionalistas articulados a uma perspectiva desenvolvimentista” (Pereira, 2024, p. 407).

A partir desta análise, convidamos o leitor para um olhar atento ao depoimento da 1ª Docente na entrevista, em que é possível apreender essa tendência teórica que ancorava o *corpus* conceitual, normativo e disciplinar da formação em Serviço Social durante a vigência do Currículo I na UFPI.

[...] quando **eu iniciei como professora**, a **minha base** era no **Currículo antigo** [Currículo I]. No Currículo **formado** com toda aquela **visão tecnicista**, aquela visão **fundamentada** na **Corrente Positivista** e no **Funcionalismo** com uma **influência** das **correntes Norte-americanas** da Área do Serviço Social que **falava** muito da questão do **ajustamento social** e da **integração**. **Eu, a gente ensinava Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade**. Olha, **eu entrei** [na docência em Serviço Social] **em 1984**, veja bem, o **Currículo Mínimo** foi **discutido** em **1979** na Convenção da ABEPSS e **aprovado** em **1982** pelo Ministério da Educação. Mas, no **nosso Currículo**, as **primeiras orientações eram** um pouco nessa **perspectiva do ajustamento social** onde o problema está no indivíduo, não está no contexto. **É somente**, se eu não me engano, **entre 1985 e 1987** que **a gente foi implantar de fato aqui** [no Curso de Serviço Social da UFPI] **a revisão curricular de orientação crítica fundada na teoria social de Marx** (Fragmento do depoimento da 1ª docente na entrevista, destaques nossos).

No depoimento da docente é possível apreender a tendência teórica que ancorava o ensino da profissão no Curso à época do seu primeiro Currículo, ao mesmo tempo que revela a travessia dessa perspectiva conservadora, com seus fundamentos positivistas e funcionalistas, para a tendência fundamentada no pensamento marxista através da revisão curricular que se ancora no Currículo Mínimo de 1982, o qual é fruto de “um longo processo de construção teórica e política que, expresso no congresso de 1979, teve incidência, nacionalmente, sobre

proposições e concepções da formação profissional em Serviço Social” (Iamamoto; César; Melo, 2023, p. 11).

Essa nova perspectiva buscava uma formação que proporcionasse bases com maior densidade ao futuro assistente social, preparando-o para sua ação como um profissional mais crítico, reflexivo e interventivo, tendo em vista que, como assinala Iamamoto (2014, p. 611), “o exercício da profissão exige um sujeito profissional que tenha competência para propor e negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e atribuições profissionais”. Derivado das formulações sobre a formação profissional, em âmbito nacional, que já pautavam a necessária relação entre teoria, método e história, o empreendimento coletivo e instituinte da construção do Currículo II de 1987, na UFPI, e do Currículo III aprovado em 1994, com vigência até o ano de 2006, assumiu contornos singulares nos quais se ancorava o Currículo Mínimo de 1982. Assinala Pereira (2024, p. 2018):

[...] com o novo currículo, o processo formativo da UFPI passava a romper com uma perspectiva mais tradicional e conservadora da profissão e adotava uma orientação crítica, que compreendia o Serviço Social inserido na realidade sócio-histórica, claramente influenciada pela corrente de pensamento marxista.

Essa direção<sup>7</sup> na formação profissional dá-se principalmente com o Movimento de Reconceituação. De acordo com Iamamoto (2015), este movimento é “dominado pela contestação ao tradicionalismo profissional e implicou um questionamento global da profissão: de seus fundamentos ídeo-teóricos, de suas raízes sociopolíticas, da direção social da prática profissional e de seu *modus operandi*” (p. 205), momento esse em que a profissão buscava fortalecer as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

<sup>7</sup> Cumpre assinalar, a importância no que tange à articulação entre o Movimento de Reconceituação na América Latina e a Renovação do Serviço Social no Brasil. Conforme assinalam Moljo, Silva e Zampani (2017, p. 120) “não pode ser unicamente explicado a partir de um movimento interno à profissão (reeditando certo tipo de endogenia), como um protagonismo exclusivo de seus profissionais e vanguardas empenhadas em reconceituar teórica, prática e metodologicamente o Serviço Social em suas respectivas realidades”. Nessa perspectiva, o Movimento de Reconceituação, como afirma Netto (1981, p. 60) foi “geograficamente bem definido e historicamente datado: ocorreu no continente latino-americano em um período situado, no geral, entre 1965-1975”, e tinha como proposta contestar as teses do Serviço Social tradicional, ou seja, aquele estruturalmente vinculado às protoformas desta profissão. De acordo com Batistoni (2017, p. 137), “a compreensão do seu processo na particularidade brasileira exige que o mesmo seja historicizado face ao significado econômico-social da Ditadura Civil Militar (1964-1985), em sua constituição, crise e desdobramentos na ‘transição democrática’, bem como as implicações da natureza do Estado autocrático, do novo padrão de acumulação e de dominação sobre as classes trabalhadoras. No Brasil, a Reconceituação assumiu a perspectiva hegemônica de uma modernização conservadora e tecnocrática, expressa nas sistematizações teóricas dos Documentos de Araxá e de Teresópolis, com traços de funcionalidade com o regime autocrático”. Esse período representou um marco histórico significativo para o Serviço Social brasileiro, uma vez que explicita a construção de um processo de ‘revisão profissional’, tanto no âmbito da formação quanto do exercício profissional, entrelaçado à conjuntura socioeconômica e política brasileira, que incide, diretamente, nos processos organizativos e formativos dos assistentes sociais, no contexto de Ditadura Militar” (Portes; Portes, 2018, p. 216).

Neste momento, convidamos o leitor a um olhar atento para o depoimento da 8ª Docente na entrevista, onde é possível apreendermos que, mesmo com a incorporação da perspectiva analítica adotada pelo Currículo Mínimo de 1982<sup>8</sup>, a formação de assistentes sociais no Curso de Serviço Social da UFPI ainda continha aspectos sutis no que tange à formação profissional hegemônica e crítica.

No *nosso* Curso, eu sou do **Currículo Mínimo de 1982**, tanto na minha formação quanto no exercício da docência, que era um Currículo com base já no marxismo, mas, que era um Currículo, como eu te disse, essencialmente teórico e que fragmentava teoria, história e metodologia. E você via esses elementos como separados e cabia somente a você e a sua capacidade de interligar esses processos (Fragmento do depoimento da 8ª docente na entrevista, destaques nossos).

Assinala Pereira (2024, p. 233) que essas eram algumas das dificuldades, fato que provocou uma “tendência teoricista na formação profissional, que privilegiava a discussão teórica por si mesma, de forma fragmentada da compreensão da realidade concreta, refletindo no perfil dos(as) profissionais que eram formados(as) naquele momento”. Iamamoto (2014) afirma que é a partir dos anos de 1980 que o Serviço Social “vem se afirmando como especialização do trabalho na sociedade contemporânea, estando inscrita na divisão social e técnica do trabalho, o que supõe afirmar o primado do trabalho na constituição dos indivíduos sociais” (p. 610).

Nesse período, a profissão aproximou-se cada vez mais da tradição marxista, dando densidade “às análises e fortalecendo essa abordagem analítica e o arcabouço conceitual da profissão, marco no debate sobre os fundamentos do Serviço Social” (Araújo; Joazeiro, 2023, p.8). Segundo Yazbek (2018, p. 48), essa abordagem consiste “na matriz explicativa da realidade e da profissão, permeando a interlocução entre o Serviço Social e a realidade”. O redimensionamento da profissão reverberou em processos subsequentes, entre eles as Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996. Afirmam Iamamoto, César e Melo (2023, p. 11), que o ano de 1993, foi emblemático para o Serviço Social, quando foram,

[...] revistos e aprovados novos parâmetros legais, éticos e políticos da profissão, orientados pela perspectiva histórico-crítica na leitura da dinâmica da sociedade capitalista e no compromisso com o universo do trabalho, bem como com o legado de lutas históricas dos trabalhadores e seus movimentos sociais.

Em 1993, houve a aprovação do Código de Ética do Assistente Social e da Lei nº 8.662, que dispõe sobre a profissão de assistente social e expressa a sua regulamentação. Esses

---

<sup>8</sup> A proposta de reforma curricular que se iniciou em 1978 e culminou no Currículo de 1982 significou um avanço para o processo formativo na medida em que buscou romper com a perspectiva de análise predominante no Serviço Social, a-classista e a-histórica, tomando como referência a realidade social (Portes; Portes, 2018, p. 216).

elementos subsidiam a formulação das Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social no Brasil, construídas coletivamente nas regiões e aprovadas em 1996, sob a forma de currículo mínimo para o curso de Serviço Social. Destaca-se que a formação *do e no* Serviço Social, a partir das Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996), não se limita às disciplinas e passa a ser organizada em torno dos Núcleos de Fundamentos da Formação Profissional do Serviço Social a saber: Núcleo de Fundamentos da Vida Social, Núcleo de Fundamentos da Realidade Brasileira e Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional, ancorada na “abordagem histórico-crítica fundada na teoria social marxiana” (Yazbek, 2018, p. 47-48).

[...] é por meio desta perspectiva que entendemos que **os núcleos não se fundam em uma grade curricular** na orientação dos distintos componentes curriculares; **não é somente uma forma de fazer com que os conteúdos das matérias estejam articulados, mas de entender que tais conteúdos constituem uma unidade que contempla diferentes formas de aproximação do real**, necessária para a construção de intervenções profissionais (Maroneze; Fortuna, 2023, p. 148, destaques nossos).

Dessa forma, ancoradas nas Diretrizes Curriculares de 1996, a aprovação do Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da UFPI ocorreu no ano de 2007 e que deu base para o seu quarto Currículo, tendo “adotado a carga horária mínima prevista na proposta de Diretrizes Curriculares de 2.700 horas (excetuando o Estágio Curricular e o TCC) e, no currículo ora proposto, é de 3.225 horas” (UFPI, 2012, p. 25). A partir da implantação desse Currículo, houve profundas mudanças na organização dos conteúdos, nos fundamentos e nos pressupostos basilares da formação e do trabalho do assistente social no estado do Piauí.

No ano de 2012, o referido Currículo sofreu algumas alterações a partir da Resolução nº 169/2012. Essas alterações resultaram na “definição de conteúdo por disciplina, bem como na reestruturação de disciplinas para aglutinar conteúdo. [...] foram incorporados conteúdos de gênero e diversidades, raça e etnia, Libras e meio ambiente” (UFPI, 2012, p. 4). No Curso de Serviço Social da UFPI, recentemente, tivemos a aprovação de um novo Currículo em junho de 2023, através da Resolução CEPEX/UFPI N° 512, com sua implantação a partir de 2024.

Um olhar atento para o depoimento da protagonista da atividade de trabalho docente na entrevista revela o quanto essas mudanças nas propostas curriculares foram e têm sido necessárias, principalmente no âmbito da pesquisa enquanto fundamento da dimensão investigativa da profissão.

**A gente mudou essa formação** quando **a gente** começou a **adotar teorias**, a **fazer a crítica da realidade** e a fazer **pesquisa**. Porque aí **a gente** não só **passou a usar** as **teorias existentes** e até fazer críticas sobre elas, mas, **a gente também começou a produzir conhecimento**. Começamos a **investigar** e a **fazer pesquisa**. Mas, para isso **não é só fazer** uma **sistematização da prática como era inicialmente os TCCs**. Porque **a gente não tinha disciplina de**

**pesquisa no Curso**, não havia um investimento e também nenhuma **discussão teórica aprofundada**. Então, **o que a gente fazia** era através do **Estágio**, o que era *comum*, era fazer uma **sistematização da prática**, da **experiência de Estágio**, ou mesmo que você pegasse outro tema, **mas era uma discussão mais tecnicista** justamente por falta desse aprofundamento. Com a **teoria social crítica os TCCs passaram a ter mais densidade** e até **contribuindo** com a **realidade social** a partir do tema investigado (Fragmento do depoimento da 5ª docente na entrevista, destaques nossos).

Em seu depoimento, a docente nos permite refletir que há um imperativo epistemológico e ético que nos impele a produzir conhecimento proveniente de uma perspectiva crítica. Observa-se, no seu depoimento, a valorização da dimensão investigativa da profissão no processo da pesquisa e de sua contribuição ao universo da produção do Trabalho de Conclusão de Curso, cujo processo de orientação e de produção pelo discente requer o encontro entre experiência e conhecimentos vários requeridos: os da profissão, os da formação, os do social, os da história em processo de construção na sua tensão com as relações de poder e de saber, tanto aqueles que se criam no aqui e agora como os oriundos *da* e *na* realização da atividade de trabalho do pesquisador.

[...] considera-se que essa lógica de constituição implica a apropriação do método materialista, histórico e dialético, da concepção ontológica de homem e mundo que a informa e que nos fornece elementos necessários para dizer que o pensamento não está desconectado da atividade prática. Isso é fundamental para apreender que essa dimensão é transversal e se expressa na totalidade dos componentes curriculares. Embora entre um e outro sejam reforçados traços que evidenciam, de modo mais particular, os aspectos constitutivos da investigação, esta depende da mobilização e articulação desses componentes (Maroneze; Fortuna, 2023, p. 148).

Na análise do depoimento da docente, podemos apreender uma diferenciação no que se refere, particularmente, aos três primeiros Currículos do Curso, no que tange à sua estruturação e concepção. Torna-se importante assinalar, que o Currículo consiste em uma norma antecedente da profissão aos quais:

[...] prescrevem os valores e o *corpus* de saber que animam a atividade da(o) assistente social, antecipam conhecimentos disciplinares que lhe são fundamentais, uma vez que dizem respeito ao núcleo de saber específico da profissão (Joazeiro, 2008, p. 99).

Nesse sentido, no âmbito da formação, são apresentadas aos estudantes “diversas concepções, diversos modos de analisar e de compreender o social [...] a história da política social e dos sistemas de proteção social com os quais o profissional se relacionará na constância da realização de sua atividade profissional de atendimento à população” (Joazeiro, 2008, p. 99).

Uma análise do depoimento da protagonista da atividade também nos permite olhar esses Projetos Pedagógicos e compreendê-los no enquanto parte do movimento da história. Assim como, a entendermos o direcionamento social, ética e política que atravessa cada

Currículo aqui analisado e estudado pelos discentes ao longo desses mais de oitenta anos da profissão no Brasil e nesses quarenta e nove anos do Curso de Serviço Social na Universidade Federal do Piauí. Como assinala Joazeiro (2018, p. 179), “o olhar da formação é projetado na direção de buscar compreender o *corpus* de saberes da profissão: seus liames históricos, a linguagem na profissão, as ferramentas operativas tanto quanto as ferramentas conceituais inerentes ao exercício profissional”.

Na análise ora tecida, estivemos atentas às concepções da profissão ao longo destes quase quarenta e sete anos de história do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí, onde podemos refletir sobre “os diversos Projetos Pedagógicos vigentes, mas sempre se coadunando com a temporalidade histórica, ancorados nos marcos conceituais, legais e na sociabilidade de cada momento analisado” (Joazeiro, 2021, p. 380-381) da formação em Serviço Social no Brasil e na UFPI.

### **Conhecimentos e saberes *do e no* Serviço Social na interlocução com os da saúde mental**

A intervenção profissional no âmbito do Serviço Social – enquanto configuração específica e complexa na sociedade, na universidade e no âmbito da Saúde, particularmente da Saúde Mental – “se materializa na relação entre ‘sujeitos’ que vivem em sociedade, ou seja, ela se realiza numa relação entre homens e mulheres concretos, ela está na história [...]. Contudo, a história está sempre em processo de tessitura” (Joazeiro, 2018, p. 68). Nesse sentido, “a história é parte de um processo complexo e inacabado que possibilita buscar compreender o movimento das transformações que se estabelecem na relação entre vida e experiência *da e na* sociedade” (Joazeiro; Araújo, 2021, p. 211).

Nessa perspectiva analítica afirma Joazeiro (2021, p. 381) que,

[...] formar profissionais para realizar a intervenção no âmbito das políticas sociais públicas, junto a um segmento de população que vive sob a égide da desigualdade no acesso às condições materiais mínimas, requer ser capaz “de instruir” esse futuro profissional para construir um arcabouço conceitual que lhe permita extrair “no instante” (Trédé, 1992) do atendimento que realiza os fragmentos que tornam inteligível a história do outro e, portanto, permitem que esse diálogo seja tecido, com vistas a tornar-se capaz de decifrar tanto as marcas do direito quanto os traços de sua ausência.

Essas dimensões evidenciadas colocam, ainda, no centro da prática de conhecimento, a dimensão do cotidiano, enquanto relação de “interdependência e interpenetração recíproca” (Elias, 1994), para alcançar o movimento da realidade. Com base em Heller (2008, p. 24 e 29), “o movimento é a continuidade de toda a heterogênea estrutura social e a continuidade de valores chama-se história”; história “[...] é a substância da sociedade”. Heller (2008, p. 7) afirma

que o cotidiano, enquanto uma das esferas da vida social e, como tal, “é o lugar da [re]produção dos indivíduos, é o ‘mundo da vida’ que se produz e se reproduz dialeticamente, num eterno movimento”. Ainda em conformidade com a autora, “a vida cotidiana não está ‘fora’ da história, mas no ‘centro’ do acontecer histórico: é a verdadeira ‘essência’ da substância social” (p. 34) e, nesse sentido, pode-se compreender que o ritmo do tempo acompanha o ritmo da história, e esse ritmo atinge todo ser humano, tanto na vida particular quanto no geral, porque é o tempo vivido *na e pela* história.

Martinelli (2002, p. 2) ressalta a necessidade de o profissional realizar a interpretação da realidade a partir das relações entre estrutura, conjuntura e cotidiano, pois,

[...] instituem-se como formas de acesso às múltiplas determinações da realidade, pela mediação dos contextos, acontecimentos, atores, forças sociais em presença, os quais podem ser alcançados pela análise de conjuntura como um recurso metodológico para apreender dialeticamente o movimento do real e penetrar em suas tramas constitutivas.

O Serviço Social enquanto uma das 14 profissões da Saúde, cuja publicação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Saúde (DCNs) de cada profissão se deu no período entre 2001 a 2004 (Costa *et al.*, 2018, p. 1.185), deve estabelecer uma relação entre a Universidade, enquanto *locus* de formação, e os serviços de saúde, enquanto espaço de assistência à saúde da população usuária do SUS e também um espaço de aproximação do mundo do trabalho, onde se aprende a trabalhar, se produz cuidado e se constrói conhecimento.

Nessa medida, a atividade de trabalho no espaço sócio-ocupacional da Saúde Mental visa a contribuir para que o assistente social se aproprie, gradativamente, dos conhecimentos e saberes do campo da Saúde e faça uma articulação com os conhecimentos e saberes do núcleo do Serviço Social. Ou seja, o encontro concreto com as necessidades de saúde da população lhe pede que correlacione os saberes do *corpus* de conhecimento da profissão com os saberes oriundos dos campos específicos da Saúde, aqui os da Saúde Mental.

Convidamos o leitor para uma análise da Linha do Tempo materializada na **Figura 1**, onde estão registrados os principais marcos legais, conceituais e históricos que incidiram sobre o campo do Serviço Social e o da Saúde Mental, assim como também estão situados os protagonistas da atividade de trabalho docente em Serviço Social de nosso estudo, considerando o ano de admissão como docentes no Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí; ao mesmo tempo, revela-se o produto da sua atividade de trabalho – a distribuição temporal do processo de orientação e de produção discente – marcada pelas mudanças provocadas nos Currículos e na formação no âmbito do Serviço Social no Brasil e no Curso de Serviço Social

da UFPI, ou seja, na intervenção ou na reflexão sobre a assistência à Saúde, especificamente na Saúde Mental, no decorrer da história.

Essa periodização do campo da Saúde Mental, na Linha do Tempo, está ancorada nas quatro principais fases da história da Reforma Psiquiátrica no Brasil definidas por Vasconcelos (2016)<sup>9</sup>, nas quais o autor enfatiza o movimento histórico que atravessou e tem atravessado o campo da Saúde Mental, seus marcos legais, conquistas e retrocessos. Em decorrência dessas quatro fases, nós também a utilizamos para a distribuição temporal das docentes orientadoras de TCC, com vistas a garantir os aspectos éticos do anonimato das participantes na pesquisa.

No que tange ao campo do Serviço Social, utilizamos como marco temporal os momentos determinantes do Projeto Ético-Político da profissão definidos por Teixeira e Braz (2009), nos quais os autores demarcam no tempo e na história a gênese, o avanço e a consolidação do Projeto Ético-Político, bem como os mútuos e múltiplos desafios que marcam sua permanente construção no âmbito da profissão e da sociabilidade capitalista.

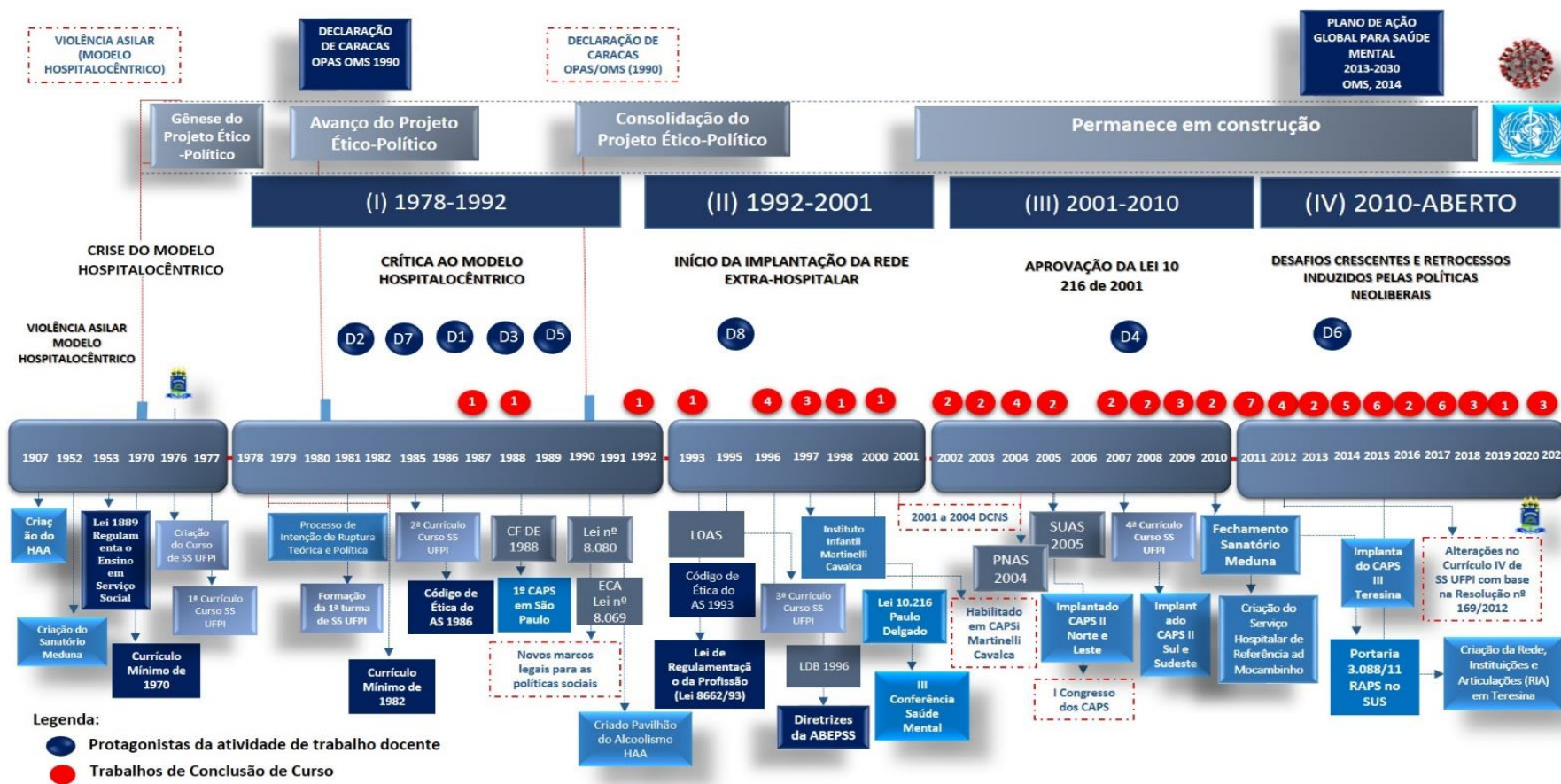
Assinala Araújo (2020, p. 34) que:

[...] essa configuração societal, remete à necessidade de refletir sobre os conteúdos e sobre as matrizes curriculares das profissões, em consonância com os desafios postos a cada profissão pelo movimento da história, tendo em vista, o desenvolvimento científico e tecnológico em contínuo processo de [re]configuração.

---

<sup>9</sup> Para uma análise, cf. Vasconcelos (2016).

Figura 1 – Linha do Tempo dos principais marcos do Serviço Social, da Saúde Mental e da produção discente do TCC e orientação docente no período de 1987 a 2021.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa (2024).

Na análise empreendida sobre as temáticas analisadas pelos autores dos setenta e dois Trabalhos de Conclusão de Curso (**Figura 1**) revela o movimento expresso nas escolhas de temáticas sobre a Saúde Mental ao longo da história do Curso de Serviço Social na UFPI e da aproximação dos diversos momentos vividos no decorrer do Curso e de como, estudantes em formação compreenderam, registraram e analisaram sua apreensão dos campos do Serviço Social e da Saúde Mental. Nesse diálogo entre o Serviço Social e o campo da Saúde Mental, tanto nos textos dos autores dos Trabalhos de Conclusão de Curso quanto nas narrativas das protagonistas do trabalho, foi possível apreender como as participantes buscaram explicitar a partir do texto escrito, o modo como:

[...] a profissão, seus conhecimentos e saberes foram se constituindo num *corpus* conceitual, ao mesmo tempo em que construíram saberes ameadados na experiência concreta da atividade de trabalho real, tecida no contínuo do tempo junto a essa população usuária do SUS, numa intensa relação com as demais profissões (Jazeiro; Araújo, 2019, p. 213).

Assim como puderam demarcar as tensões, as contradições e as dúvidas sobre a própria constituição do conceito de transtorno mental e as diferentes formas de tratar, de expor, de tentar proteger e de buscar construir a autonomia da pessoa com transtorno mental no decorrer do tempo. As mudanças do paradigma do cuidado com a vida nesse campo e o próprio fortalecimento da Rede de Atenção à Saúde e da RAPS marcaram a travessia da história recente da Saúde Mental em Teresina, dando-se em consonância com o modo de pensar no Brasil e, para além dele, através de organismos nacionais e internacionais. A saúde, como uma das políticas públicas universais no país, tem valor e alcance fundamentais; essa política é tensionada por múltiplas racionalidades e temporalidades que a constituem, ao mesmo tempo, como um espaço de produção do cuidado, de defesa da vida e da cidadania.

### **Um olhar para o tempo e a história da produção de trabalhos de conclusão de curso em Serviço Social da Universidade Federal do Piauí**

O fluxo incessante de acontecimentos no tempo nos permitiu percorrer a travessia proposta neste trabalho, a qual se alia à abordagem adotada por inúmeros autores dos Trabalhos de Conclusão de Curso, que, nos seus textos, explicitaram os obstáculos e as conquistas que advieram desse processo de busca da construção de conhecimento.

Resgatar o percurso de uma prática, que sabíamos marcada pela luta, por afirmação profissional e comprometimento com o público alvo do seu serviço. No decorrer do processo de coleta de dados, foram surgindo novos e significativos elementos que **fizeram de nosso trabalho, uma empreitada desafiadora, contudo gratificante** (Veras; Moreira, 1997, p. 50-51, destaques nossos).

Ele [TCC] é extremamente importante, e você realmente **mergulha** na *sua* prática de forma analítica. Porque a gente tem uma tendência de **fazer, fazer e fazer. Pensar** dá trabalho, dói, incomoda que só. Então o TCC pode ser **esse momento** que você tem que **refletir** bastante sobre a sua prática, **entender** melhor, **compreender** melhor o que você **está fazendo** e o que **você quer com aquilo**. Isso é muito **importante** para a **formação profissional da gente**, muito **essencial** na verdade (Fragmento de narrativa da 1ªAS 1ºGF, destaques nossos).

Assim, um olhar atento à narrativa da assistente social no Grupo Focal revela a importância da construção do Trabalho de Conclusão de Curso, uma vez que sua produção é “extremamente importante, e você realmente **mergulha** na *sua* prática de forma analítica. Porque **a gente** tem uma tendência de **fazer, fazer e fazer**” (1ªAS 1ºGF, destaques nossos).

A profissional, ao discutir a importância do TCC no processo formativo, remete à possibilidade que esse componente curricular oferece de “realmente mergulhar na sua prática de forma analítica” (1ª AS, 1º GF). Explicita, assim, que seu valor se concretiza quando o discente, autor do TCC, se indaga a partir de uma análise rigorosa, ancorada por categorias analíticas, o que, em tendência, contribui para articular as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa da profissão presentes no processo de intervenção e que precisam ser analisadas também na esfera da formação.

Nesse fragmento, a assistente social evidencia um desafio histórico *para* e *na* profissão que consiste no fato de que: “**a gente** tem uma **tendência** de **fazer, fazer e fazer**” (1ª AS, 1º GF, destaques nosso), afastando-se da análise “do emergente” (Guerra, 2014, p. 268).

Neste nível (da empiria) a análise não ultrapassa a aparência dos fenômenos, ou como afirma Lukács (1979, p. 28), “no empirismo está contido um ontologismo ingênuo uma valorização instintiva da realidade imediatamente dada, das coisas singulares e das relações de fácil percepção” (Guerra, 2014, p. 267-268).

Guerra (2014, p. 268, destaques da autora) afirma que “o fenômeno ‘emergente’ contempla a necessidade de [re]conhecer os processos que se insinuam, que se encontram latentes aos fenômenos, ou ‘aquilo que salta, que manifesta, que sai do estado em que estava’”. A autora afirma que “para atender aos fenômenos emergentes, a intuição, a sensibilidade, a repetição de experiência, a utilização de modelos não basta” (Guerra, 2014, p. 268). Yamamoto (2004, p. 28) assinala que “o discente é desafiado a articular os saberes da profissão para decifrar as novas mediações por meio das quais se expressa a questão social”. Assim, o Trabalho de Conclusão de Curso deve percorrer as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

Cumprir destacar que o Trabalho de Conclusão de Curso é um componente curricular “do processo de formação do assistente social, tendo sido instituído desde a criação do Curso

no país. É ele norma acadêmica antecedente obrigatória” (Joazeiro, 2008, p. 2), uma vez que constitui, conforme as Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996), “uma **exigência curricular** para a obtenção do diploma de Graduação em Serviço Social<sup>10</sup> e deve ser realizado em consonância com os padrões e exigências metodológicas e acadêmico-científicas, sendo **elaborado** sob a **orientação** de um **professor assistente social**” (ABESS/CEDEPSS, 1996, p. 71-72, destaques nossos).

A produção do Trabalho de Conclusão de Curso está vinculada às disciplinas de *Monografia I* e *Monografia II*<sup>11</sup>, realizadas do sexto ao oitavo período do Curso de Serviço Social para os discentes que seguem o fluxo regular. Cumpre destacar que antecedem as disciplinas Monografia I e Monografia II as disciplinas Pesquisa Social I e Pesquisa Social II, norma antecedente indispensável para a produção do TCC e que irão discutir os conteúdos essenciais para o domínio dos fundamentos teórico-metodológico e técnico-operativo da pesquisa social, com vistas a ensinar o discente para o desenvolvimento de projeto, execução da pesquisa e escrita do trabalho.

Nesse sentido, no processo de análise, buscou-se percorrer o itinerário que os autores dos Trabalhos de Conclusão revelam sobre a formação do Serviço Social na UFPI e sobre os diversos modos de pensar a Saúde Mental e o seu modo de cuidar em Saúde Mental no Brasil e em Teresina ao longo desses anos, sendo o seu valor histórico inestimável, se analisado sob a perspectiva do conhecimento e da memória que guardam. Essa produção discente decorre de um processo sistemático de orientação com base num referencial teórico, conceitual e metodológico dos estudos, desde a construção do recorte do objeto até a produção do Trabalho de Conclusão de Curso propriamente dito, construção esta que tende a ser a primeira experiência de produção de um texto acadêmico do discente.

O que demanda do protagonista da atividade de trabalho “uma disponibilidade para transitar entre diversas áreas de conhecimento e saberes, sem perder de vista os conhecimentos do seu ofício” (Joazeiro, 2002, p. 13), no caso específico, do Serviço Social. Nesse sentido, o ofício da docência, particularmente a orientação do discente no âmbito da profissão em Serviço Social no Brasil, é uma prerrogativa profissional do “assistente social e tem uma importante dimensão relacional na qual a atividade de linguagem empreende uma aproximação do outro” (Joazeiro, 2008, p. 139). Assim, “enquanto norma antecedente prescrita permite que esse

<sup>10</sup> BRASIL, *Lei n° 3252*, 27 de agosto de 1957, artigo 5° que dispõe sobre as prerrogativas do Assistente Social; BRASIL, *Lei n° 8662/93*, de 07 de junho de 1993, que dispõe sobre a profissão de assistente social.

<sup>11</sup> Para essa análise, tomamos como base o Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí, *locus* do nosso estudo.

profissional responda por essa atividade de trabalho” (Joazeiro, 2008, p. 3), que consiste em ensinar, orientar e formar futuros assistentes sociais.

O entendimento dessa função privativa como um dos ofícios da profissão, é [re]conhecido pelas protagonistas da atividade, conforme revelam os depoimentos:

**A atividade docente**, à docência é **uma das atribuições privativas da profissão** do assistente social (Fragmento do depoimento da 2ª docente na entrevista, destaques nossos).

**Eu acho a docência um campo de atuação da profissão fundamental**. Não estou desconhecendo **os outros campos** de atuação da **profissão**, **todos** os campos são **importantes**, **mas** eu acho que a responsabilidade, o compromisso com a ação docente é fundamental, porque é onde parte toda essa estrutura da formação. A **nossa atividade docente** tem uma **contribuição** fundamental porque **é onde** os **assistentes sociais** vão **iniciar o seu processo de formação** (Fragmento do depoimento da 1ª docente na entrevista, destaques nossos).

Essa atividade demanda do docente “uma disponibilidade para transitar entre diversas áreas de conhecimento, sem perder de vista os conhecimentos e os saberes do seu ofício” (Joazeiro, 2002, p. 153). Podemos dizer que essa atividade é a “conjugação de saberes disciplinares que se materializam na confluência da vivência de uma relação interdependente” (Joazeiro, 2018, p. 162), cuja realização “se constitui sempre no desafio de gerir as dificuldades e as diversidades presentes na vida, na norma, na disciplina epistêmica e nos valores que permeiam a profissão, a sociedade e a vida”. Nesse entendimento, “essa contínua [re]configuração entre meio de trabalho, patrimônio de conhecimentos ameadados” (Joazeiro, 2008, p. 156) pela docente no cotidiano de trabalho e “os saberes em processo de constituição requer que a protagonista” (p. 156), na sua atividade de orientação de futuros assistentes sociais, esteja atenta para “decifrar os conhecimentos e saberes disponíveis e os necessários” (Joazeiro, 2008, p. 156) no aqui e agora da atividade de formação.

### Considerações finais

Na aproximação da formação e do trabalho empreendida neste estudo, com base nos fragmentos das narrativas das assistentes sociais e nos registros das histórias particulares do coletivo de discentes registradas nos setenta e dois Trabalhos de Conclusão de Curso em Serviço Social analisados, revelou as diversas perspectivas teórico-metodológicas e as direções e temporalidades de currículos e propostas pedagógicas no âmbito do Serviço Social no Brasil e particularmente no UFPI, assim como a análise aqui tecida revelou a íntima relação entre história, memória e temporalidade presente na trajetória da formação profissional no Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí, a partir da produção escrita dos setenta e dois

TCCs de discentes de Serviço Social que abordaram a temática da Saúde, especificamente da Saúde Mental, no período de 1987 a 2021, e da experiência concreta *do* e *no* trabalho nos depoimentos e narrativas das docentes do Curso de Serviço Social da UFPI que orientaram os referidos discentes na série histórica supramencionada, assim como nas narrativas de assistentes sociais que trabalham em equipamentos públicos da Saúde Mental, egressas da UFPI.

Essas fontes se constituem em um “vasto material que tem contribuído para apreender a dinâmica do processo de formar discentes do Curso de Serviço Social no Piauí, ao mesmo tempo em que” (Joazeiro, 2020, p. 311) revelam nuances “do processo de criação, consolidação e enfrentamento dos múltiplos desafios que atravessam esse campo de conhecimento, de investigação e de intervenção” (Joazeiro, 2020, p. 311).

Nessa análise, apreendeu-se a experiência não como,

[...] um ‘simples’ e ‘mero’ uso da norma antecedente ou prévia de diversas naturezas: burocrática, jurídica, econômica e, muitas vezes, sendo vista sob o prisma de que as escolhas que o protagonista da atividade empreende se funda no ‘bom senso’ (Joazeiro, 2008, p. 6).

Nessa perspectiva de análise, buscou-se compreender “o lugar que o protagonista da atividade de trabalho – quer seja na orientação, quer seja na produção do TCC, quer seja na atividade de intervir no cotidiano da Saúde Mental –, ao fazê-lo, imprime em sua obra a *sua* perspectiva de análise, ou seja, o *seu* ponto de vista” (Joazeiro; Araújo, 2021, p. 214). Assim como o ensino do trabalho deve preparar o discente para intervir nesse intrincado de relações tecidas entre estrutura, conjuntura e cotidiano, intimamente marcadas pela história, epistemicidades, temporalidades e devir. É nessa relação entre horizonte e viabilidade histórica que a formação vai se constituindo, revelando potências, fragilidades, confrontos e itinerários singulares, assim como a concepção de atenção no campo da Saúde Mental está ancorada no uso de tecnologias assistenciais, de concepções de terapêutica e de atenção à vida.

As análises apreendidas constituem a memória e a história do processo de criação e consolidação da profissão, particularmente no Curso de Serviço Social da UFPI cujas marcas revelam o [re]conhecimento do *corpus* conceitual e de saberes do Serviço Social e de como esses se alinham no processo de formar e de aprender a trabalhar, ao mesmo tempo que, contribuem para o diálogo com a população usuária e com os trabalhadores da Política de Saúde pública, especificamente, do campo da Saúde Mental. Assim como revelou o quanto os discentes de Serviço Social e as assistentes sociais buscaram fazer uma aproximação do *corpus* de conhecimento da profissão, em especial, buscando o entendimento sobre os dilemas específicos de seu tempo histórico, intentaram compreender as múltiplas e mútuas interfaces

com o campo da Saúde, especificamente, ancoradas nas perspectivas e nos desafios inerentes ao campo da Saúde Mental.

## Referências

- ABESS/CEEPSS. Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social. Com base no currículo mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 08 de novembro de 1996. *Cadernos ABESS*, São Paulo, v. 7, p. 58-76, nov. 1997.
- ABREU, M. M. A formação profissional em Serviço Social e a mediação da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS): as diretrizes curriculares/1996 em relação à perspectiva emancipatória no âmbito do avanço do conservadorismo. *In: SILVA, M. L. de O. (Org.) Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo*. São Paulo: Cortez, 2016, p.235-263.
- ARAÚJO, L. J.C. *Formação e trabalho do e no Serviço Social: interfaces entre o campo do social e o campo da Saúde Mental*. 2024. 235 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Piauí, 2024.
- ARAÚJO, L. J. C.; JOAZEIRO, E. M. G. Serviço Social e formação em tempos de crise do capital e de pandemia. *Textos & Contextos* (Porto Alegre), v. 22, n. 1, p. e41383, 2023. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/article/view/41383>. Acesso em: 22 jan. 2026.
- BATISTONI, M. R. O Movimento de Reconceitualização no Brasil: o Projeto Profissional da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (1964-1980). *Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, v. 15, n. 40, 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/32745> . Acesso em: 10 nov. 2025.
- BOSI, E. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. 3a ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- ELIAS, N. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- GUERRA, Y. *A instrumentalidade do Serviço Social*. 10ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2014.
- GUERRA, Y. Consolidar avanços, superar limites e enfrentar desafios: os fundamentos de uma formação profissional. *In: GUERRA, Y. et al. (org.). Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica*. Campinas: Papel Social, 2018. p. 25-47.
- HELLER, A. *O cotidiano e a história*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social na cena contemporânea. *In: Serviço Social: Direitos e competências profissionais*. CFESS, 2009.
- IAMAMOTO, M. V. *Renovação e Conservadorismo no Brasil*. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2013.
- IAMAMOTO, M. V. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo, n. 120, p. 609-639, 2014.
- IAMAMOTO, M. V. *O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 26 ed. São Paulo: Cortez, 2015.
- IAMAMOTO, M. V; CÉSAR, M. de J.; MELO, A. I. S. C de. Produção acadêmica e formação profissional: desafios e perspectivas para o Serviço Social. *Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, v. 21, n. 52, 2023. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/75919>. Acesso em: 19 jul. 2025.
- JOAZEIRO, E. M. G. *Estágio Supervisionado: Experiência e conhecimento*. Santo André, SP: ESETec, 2002.
- JOAZEIRO, E. M.G. *Supervisão de estágio: formação, saberes, temporalidades*. Santo André, SP: ESETec, 2008.

- JOAZEIRO, E. M. G. *Supervisão Acadêmica e de Campo: relação entre saberes*. Teresina: EDUFPI, 2018.
- JOAZEIRO, E. M. G. A formação no campo do “social”, desigualdade social e políticas públicas: história, epistemicidade e temporalidades. In: *Actas do 5º Congresso da Société Internationale d’Ergologie*. Porto, ISBN 978-989-54655-9-0, 2021, p. 379-383.
- JOAZEIRO, E. M. G. Serviço Social e a graduação na Universidade Federal do Piauí: das raízes ao devir. In: JOAZEIRO, E. M. G.; GOMES, V. B. (org.). *Serviço Social: formação, pesquisa e trabalho profissional em diferentes contextos*. 1. ed. Teresina: EDUFPI, 2020.
- JOAZEIRO, E. M. G.; ARAÚJO, L. J. C. Memória, história e devir: diálogo entre o patrimônio de saberes do “social” e da saúde mental. In: *Actas do 5º Congresso da Société Internationale d’Ergologie*. Porto, ISBN 978-989-54655-9-0, 2021, p. 270-215.
- MOLJO, C. B.; SILVA, J. F. S da; ZAMPANI, R. Movimento de Reconceituação e Serviço Social argentino. *Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, v. 15, n. 40, 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/32726>. Acesso em: 11 nov. 2025.
- NETTO, J. P. Para a crítica da vida cotidiana. In: NETTO, J. P.; CARVALHO, M. do C. B. *Cotidiano: conhecimento crítico*. São Paulo, Cortez, 2012.
- NETTO, J. P. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social pós-64*. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2015.
- NETTO, J. P. *A crítica conservadora à reconceptualização*. Serviço Social e Sociedade, São Paulo n. 5, 1981.
- PASSOS, G. de. O. *A Universidade Federal do Piauí e suas marcas de nascença: conformação da reforma universitária de 1968 à sociedade piauiense*. Tese. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade de Brasília, Brasília-DF: 2006.
- PEREIRA, S. L. B. A formação em Serviço Social no Piauí no cenário da Ditadura Militar: entre o conservadorismo e a resistência. *Germinal: marxismo e educação em debate*, v. 16, n. 1, p. 405-419, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/58722>. Acesso em: 20 maio. 2025.
- PEREIRA, P. A. P. A intersetorialidade das políticas sociais na perspectiva dialética. In: Monnerat, G. L.; Almeida, N. L. T.; Souza, R. G. *A intersetorialidade na agenda das políticas sociais*. Campinas (SP): Papel Social, p. 21-40.
- PORTES, M. F.; PORTES, L. F. A formação profissional em Serviço Social no Brasil: uma trajetória construída por avanços e desafios. *Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, v. 15, n. 40, 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/32748>. Acesso em: 10 nov. 2025.
- RICOEUR, P. *Historia y narratividad*. Ediciones Paidós. I. C. E de la Universidad Autónoma de Barcelona. 1999.
- TEIXEIRA, J. B.; BRAZ, M. O projeto ético-político do serviço social. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (org.) *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília, DF: CFESS: ABEPSS, 2009. p. 185-200.
- TRÉDÉ, M. Introduction. In: *Kairós L’à-propos et l’occasion: (le mot et la notion, d’Homère à la fin du IVe.Siècle avant J.C)*. Paris: Éditions Klincksieck: 1992, p. 15-21. (Études et Commentaires, 103).
- UFPI – UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPEX. *Resolução nº 013/2007*, de 25 de janeiro de 2007. Aprova Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social - Modalidade Bacharelado/UFPI - Campus “Ministro Petrônio Portella”. Teresina: UFPI, 2007.
- UFPI – UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPEX. *Resolução nº 169* de 20 de outubro de 2012. Aprova Alterações no Projeto

Pedagógico do Curso de Graduação - Bacharelado em Serviço Social/UFPI. Teresina: UFPI, 2012.

VASCONCELOS, E. M. de. *Reforma Psiquiátrica, tempos sombrios e resistência: diálogo com o Marxismo e o Serviço Social*. Campinas: Papel Social, 2016.

YAZBEK, M. C. Fundamentos históricos e teóricos- metodológicos e as tendências contemporâneas no Serviço Social. In: GUERRA, Y. *et al.* (org.). *Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica*. Campinas: Papel Social, 2018. p. 47-85.

Agradeço à Coordenação de Pessoal de Nível Superior (Capes) pelas Bolsas de Mestrado e Doutorado e pela Bolsa de Doutorado Sanduíche pelo Programa Institucional de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE), que me possibilitou uma experiência enriquecedora no Conservatoire National des Arts et Métiers (CNAM), Paris, França.